

Educação

Mobilidade escolar

04 NOV 1991

O decreto que em janeiro último ampliava o ano escolar brasileiro de 180 para 200 dias letivos não existe mais. Em seu lugar, o presidente da República, atendendo à exposição de motivos do ministro José Goldemberg, por outro decreto fixou como limite do ano letivo "um mínimo de 800 horas/aula". Segundo o ministro da Educação, a lei deve atender "às peculiaridades dos estabelecimentos de ensino a nível local". Objetiva, assim, dar a cada escola a maior flexibilidade possível para que defina o seu calendário, visando principalmente que a determinação legal não afronte demais a realidade. Como todos sabem, quanto maior for essa afronta maior será a "mentira oficial" devidamente registrada.

Na prática, o novo decreto amplia a tradicional exigência de 720 horas/aula por ano em cerca de 10%. Como a ninguém é dado investir contra o bom senso, qualquer providência oficial que indique possibilidade de maior permanência do aluno na escola só pode ser acolhida com elogios. No entanto, como percebeu o próprio

ministro, "é questionável" que o aumento das horas/aula, por si só, garanta melhor qualidade da Educação.

Esse é o ponto relevante. As propostas para aumentar a permanência da criança já matriculada na escola sempre aguçaram o apetite dos que *cuidam* da Educação no Brasil, porque possuem visível poder de impacto. São baratas e sempre permitem grandes comparações com o ensino oferecido no Primeiro Mundo. O Brasil oferece 25 horas semanais em seu ensino básico. Com a nova exigência de mais 10%, praticamente ficará nos mesmos níveis, por exemplo, da França, que oferece 27. Bastará, porém, tal providência para eliminar as grandes diferenças na qualidade do ensino básico ministrado nos dois países? Uma comparação estatística muito melhor ficaria por conta dos investimentos anuais por aluno, que na França alcançam US\$ 3.417, enquanto no Brasil, como média nacional, chegam a US\$ 148.

A permanência da criança brasileira na escola deve ser relacionada mais com o

"professor-possível", que a atende, e menos com as horas que passa nela. Até mesmo a ausência física desse educador deve ser notada; o MEC sabe que 600 mil educadores não querem exercer sua profissão, pelas condições reais dela. Em São Paulo, o Estado mais rico, milhares de horas/aula não são dadas porque não há professores. Neste quadro, será que o realmente prioritário é o volume de horas que a criança permanece na escola? Com uma política educacional construída a partir do real chegaríamos, com seriedade e por evolução, à possibilidade de aumentar o ano letivo, em vez de partir daí. Mas, no país dos Ciacs, onde o que conta de fato é a "pedagogia da argamassa", ainda rende muito, politicamente, decretar o aumento do número de horas/aula. O único problema é que o mesmo *método*, o decreto, não serve como garantia de que o brasileiro do futuro, que hoje senta no banco escolar, seja um cidadão capacitado intelectualmente, até mesmo como parcela individualizada de um povo independente.

04 NOV 1991 ESTADO DE SÃO PAULO